



ESCRITORAS NEGRAS E REPRESENTAÇÕES DE INSURGÊNCIA

Francineide Santos Palmeira¹

Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de *representação* da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de *auto-representação*².

Ainda segundo as autoras citadas, “De modo geral, a negação da legitimidade cultural da mulher como sujeito do discurso exercendo funções de significação e representação foi, no contexto dessas literaturas, uma realidade que perdurou até, mais ou menos, a década de 1970³.” A citação sintetiza rapidamente os modos como as mulheres têm sido representadas na literatura brasileira antes de 1970. Nas produções anteriores ao período demarcado, as produções inspiram-se na inferiorização e dependência imposta às mulheres no contexto social. As produções culturais discursivas retratavam a mulher em uma rede social patriarcal na qual as mesmas eram desprovidas de quaisquer direitos políticos. Essa dependência da mulher em relação à figura masculina, fosse do pai, fosse do marido; bem como o significado da exclusão de direitos políticos das mulheres no cotidiano é explicada por Anne Phillips,

Las mujeres casadas no tenían ni el más mínimo derecho al codiciado estatuto de “individuo” y hasta muy tarde en la época, la doctrina del estado civil de casadas les negó una posición legal. Una vez casadas, las mujeres se convertían en no personas. Fuera de la aristocracia, que siempre conservaba sus propias normas, las mujeres no podían detentar ninguna propiedad en su propio nombre, no podían contraer contratos ni ir a los tribunales en su propio nombre; no tenían derechos contra sus maridos; no tenían posibilidad de reivindicar la custodia de sus hijos⁴.

Assim sendo, percebe-se que a condição de subalternidade imposta às construções literárias femininas reverberava, muitas vezes, o ambiente social daquele período. Faz-se relevante destacar que a literatura também desempenhou um importante papel pedagógico entre as mulheres que sabiam ler, geralmente, as filhas de famílias abastadas. A literatura garantia a manutenção de valores morais entre essas mulheres, pois difundiam os modelos de mulheres exemplares e os inadequados, sendo que as últimas eram punidas e aquelas alcançavam a felicidade, os vários

¹ Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (2010). Atualmente, é doutoranda pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA e participa do projeto de pesquisa EtniCidades: intelectuais e escritores/as negros/as pelo Instituto de Letras da UFBA. E-mail: francineidepalmeira@yahoo.com.br.

² EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005. p.54.

³ NAVARRO, Márcia Hoppe; SCHMIDT, Rita Terezinha. A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: 2º Congresso sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, 2007. Goiânia: Instituto Goiano do Trabalho, 2007. v. 1.

⁴ PHILLIPS Anne. Los debates Clásicos. In: _____. *Gênero y teoría democrática*. México: PUEG. 1996.



romances brasileiros do século XIX podem servir de ilustração. Desse modo, este discurso podia funcionar como círculo vicioso, às vezes, fundamentava-se nos fatos sociais, mas também contribuía para a permanência dessa mesma ordem social.

No que concerne à representação hegemônica da mulher negra na literatura brasileira, desde o período colonial até a contemporaneidade, nota-se que esta tem sido apresentada a partir de discursos demarcados negativamente. Quando não invisibilizadas, as mulheres negras, nos textos desses autores, figuram em imagens nas quais são construídas como um corpo-objeto e/ou relacionadas a um passado de escravidão. E se o motivo basilar da exclusão das mulheres brancas de funções e representação significativas no discurso dessas literaturas foi a ideologia patriarcal, a exclusão das mulheres negras pode ser atribuída a, pelo menos, outra questão além de sua identidade de gênero: a sua identidade étnico-racial.

Em *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*, Queiroz Júnior (1975) analisa os modos como a mulata foi representada desde Gregório de Mattos até Jorge Amado. Nesse estudo, são evidenciadas as questões que contribuíram para a construção de uma imagem estereotipada da mulata brasileira quando esta traz na pele a marca da afrodescendência. Ao sintetizar os modos como são construídas as representações sobre a mulata ao longo da literatura brasileira, o autor realiza uma diferenciação entre o que denomina de “positivo” e “negativo”. Conforme Queiroz Junior,

[...] de positivo, são reconhecidas suas habilidades culinárias, via de regra, sua higiene, sua resistência física ao trabalho, sua saúde, sua solidariedade, sua beleza perturbadora, sua sensualidade irresistível, seus artifícios de sedução, a que sabe recorrer, quando canta dança e se enfeita. Já a soma de seus defeitos é constituída pela falta de moralidade, por sua irresponsabilidade, por ser muito pródiga sempre⁵.

É importante observar que as características elencadas por Queiroz Júnior como positivas, em sua maioria, relacionam-se ao corpo da mulher negra. Se “habilidades culinárias” e “resistência física ao trabalho” focalizam o corpo feminino negro como um corpo para o trabalho; “sensualidade irresistível” e “beleza perturbadora”, relacionam-se ao corpo sob uma perspectiva sexual. Desse modo, com base nos estudos de Queiroz Junior, pode-se dizer que as representações sobre a mulher negra na literatura brasileira apresentam as mulheres negras como um corpo. E, ao dizer isso, não se deve esquecer a significação que o corpo tem para sociedade ocidental, isto é, a oposição corpo/mente.

De modo geral, para sociedade ocidental cristã, prevalece a divisão entre corpo/mente na qual eles são concebidos como entidades distintas e hierarquizadas, em que a mente é superior ao

⁵ QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*, São Paulo; Ática, 1975. 123 p.



corpo⁶. Segundo os autores Julia Pinto e Adilson Jesus (2000), no ensaio *A transformação da visão de corpo na sociedade ocidental*, esta visão binária é uma herança que estamos carregando desde Platão: “Para os gregos, o *conhecer*—a contemplação, o teórico, o intelecto— tinha a primazia sobre o *operar*—a ação, o prático, a vontade—, não sendo este segundo elemento, todavia, anulado pelo primeiro, mas subordinado a ele (Platão, 1972)¹,.”

Todavia, embora os gregos já teorizassem sobre este binarismo, é somente com Descartes que há uma separação radical entre corpo/mente ou entre “razão/sujeito” e “corpo”, para usar os termos de Descartes. Conforme Aníbal Quijano (2005),

Com Descartes o que sucede é a mutação da antiga abordagem dualista sobre o “corpo” e o “não-corpo”. O que era uma co-presença permanente de ambos os elementos em cada etapa do ser humano, em Descartes se converte numa radical separação entre “razão/sujeito” e “corpo”. A razão não é somente uma secularização da idéia de “alma” no sentido teológico, mas uma mutação numa nova id-entidade, a “razão/sujeito”, a única entidade capaz de conhecimento “racional”, em relação à qual o “corpo” é e não pode ser outra coisa além de “objeto” de conhecimento. Desse ponto de vista o ser humano é, por excelência, um ser dotado de “razão”, e esse dom se concebe como localizado exclusivamente na alma. Assim o “corpo”, por definição incapaz de raciocinar, não tem nada a ver com a razão/sujeito. Produzida essa separação radical entre “razão/sujeito” e “corpo”, as relações entre ambos devem ser vistas unicamente como relações entre a razão/sujeito humana e o corpo/natureza humana, ou entre “espírito” e “natureza”. Deste modo, na racionalidade eurocêntrica o “corpo” foi fixado como “objeto” de conhecimento, fora do entorno do “sujeito/razão”⁷.

Assim, com esse pensamento, Descartes exerceu uma enorme influência sobre todas as áreas do conhecimento humano, inclusive no tocante às idéias racistas do século XIX. Alguns estudiosos, como o conde de Gobineau, embasaram-se nesse pensamento de Descartes para defender que nem todos os povos eram constituídos de alma ou “razão/sujeito” e “corpo”. Para eles, havia seres que só eram dotados de “corpo” e, portanto, deveriam ser considerados inferiores aos europeus que eram constituídos de ambas as partes. Se era a “razão/ sujeito” o que tornava o homem um sujeito, que fazia o homem existir: “penso, logo existo”, disse René Descartes; os povos tidos como destituídos de tais características deveriam ser considerados inferiores:

Dessa perspectiva eurocêntrica, certas raças são condenadas como “inferiores” por não serem sujeitos “racionais”. São objetos de estudo, “corpo” em consequência, mais próximos da “natureza”. *Em certo sentido, isto os converte em domináveis e exploráveis. De acordo com o mito do estado de natureza e da cadeia do processo civilizatório que culmina na civilização européia, algumas raças –negros (ou africanos), índios, oliváceos, amarelos (ou asiáticos) e nessa seqüência– estão mais próximas da “natureza” que os brancos.* Somente desta perspectiva peculiar foi possível que os povos não-europeus fossem considerados, virtualmente até a Segunda Guerra Mundial, antes de tudo como objeto de conhecimento e de dominação/exploração pelos europeus⁸.

⁶ SOUZA, J. P. M. ; JESUS, A. N. A transformação da visão de corpo na sociedade ocidental. *Motriz*, Rio Claro, v. 6, n. 2, p. 89-96, 2000.

⁷ QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> > Acesso em: 3/12/2008. p. 239.

⁸ QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos



Assim, com base na crença de que nem todos os indivíduos seriam sujeitos “racionais e que estes que não fossem deveriam ser “considerados inferiores”, buscou-se justificar as relações raciais de dominação e exploração. Esse pensamento contribuiu para explicar não apenas a dominação/exploração do grupo étnico-racial branco sobre os demais grupos, como também para justificar o domínio do homem branco sobre a mulher branca. As mulheres, como os grupos étnicos não-europeus, foram consideradas unicamente como dotadas de “corpo”. Foi nessa sociedade na qual o corpo é compreendido como algo inferior à mente e relacionado ao pecado, à tentação e à sexualidade que homens e mulheres negras foram significados como “corpo”. A significação desse processo para os povos africanos é analisada por Leda Martins, em *Afrografia da Memória*,

Os africanos transplantados à força para as Américas, através da Diáspora negra, tiveram seu corpo e seu *corpus* desterritorializados. Arrancados de seu *domus* familiar, esse corpo, individual e coletivo, viu-se ocupado pelos emblemas e códigos do europeu, que dele se apossou como senhor, nele grafando seus códigos lingüísticos, filosóficos religiosos, culturais, sua visão de mundo. Assujeitados pelo perverso e violento sistema escravocrata, tornados, estrangeiros, coisificados, os africanos que sobreviveram às desumanas condições da travessia marítima transcontinental foram destituídos de sua humanidade, desvestidos de seus sistemas simbólicos, menosprezados pelos ocidentais e reinvestidos por um olhar alheio, o do europeu. Esse olhar, amparado numa visão etnocêntrica e eurocêntrica, desconsiderou a história, as civilizações e culturas africanas, predominantemente ágrafas, menosprezou sua rica textualidade oral [...] a África aparecia no imaginário europeu como o território do primitivo e do selvagem que se contrapunha as idéias de razão e de civilização, definidoras da pretensa “supremacia” racial e intelectual[dos europeus]⁹.

A citação supracitada descreve o processo de escravização dos negros africanos na Diáspora negra, o processo a que foram submetidos seus corpos física e simbolicamente e sua conseqüente significação sob a perspectiva dos europeus. Para os europeus, os homens e mulheres negros eram apenas mão de obra, um “corpo” para ser usado. Um corpo objeto para produzir riquezas. Um corpo para ser explorado em sua força de trabalho- corpo-objeto- e sexualmente - objeto-sexual. A mulher negra escrava, além de desempenhar os diversos trabalhos forçados e ser vítima da violência sexual impostos ao homem escravo, tinha a particularidade de possibilitar a reprodução biológica. Por isso, era forçada a trabalhar como ama de leite e a gestar filhos para o mercado escravo.

Pensando especificamente no corpo físico, foram impostos aos corpos dos homens e mulheres negras novos modos de vestir, de cuidar dos cabelos, “os signos de pertencimento e identidade - as escarificações e as tatuagens trazidas pelos escravos - aos poucos vão sendo substituídos pelo sinal de posse impresso em fogo ou pelos adereços perversos colocados em seu corpo” (FONSECA, 2000, p.97) E, para além da violência física imposta ao corpo físico, a

Aire: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> Acesso em: 3/12/2008. p. 240.

⁹ MARTINS, Leda. A fina Lamina da palavra. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) *História do Negro no Brasil.- O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição* CNPq/MinC-Fundação Palmares: Brasília, 2004. v.



coisificação dos negros, a redução dos homens e mulheres negras a “corpo”, considerado como destituído de “razão/sujeito”, implicou e tem implicado em conseqüências desastrosas para a população afro-brasileira ainda hoje.

Uma dessas conseqüências é a invisibilidade do passado histórico da mulher negra brasileira. Convém ressaltar que a história e a memória possuem uma relação muito próxima, porque é “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, [...]” (LE GOFF, 1996, p. 477). A memória coletiva pode ser definida tanto como um instrumento, quanto como um objetivo do poder, na medida em que controlar o passado consiste em uma das preocupações daqueles que detiveram ou detêm o poder nas sociedades históricas. Um exemplo desses mecanismos de manipulação da memória coletiva são os silêncios e esquecimentos da história (LE GOFF, 1996). Em “Passado Histórico”, Sônia Fátima da Conceição tematiza a ausência do passado histórico da mulher negra,

Passado Histórico

Do açoite
da mulata erótica
da negra boa de eito
e de cama
(nenhum registro)
(FÁTIMA, 1998, p. 67)

Nesse poema, a voz enunciativa questiona o apagamento da história dos afrodescendentes, por meio da figura feminina negra. O sujeito poético contesta uma história oficial que difundiu uma imagem da mulher negra brasileira estereotipada (“da mulata erótica, da negra boa de eito” e “da negra boa de cama”), entretanto não registrou a história de luta dessas mulheres no Brasil, não registrou os nomes de afro-brasileiras que contribuíram para a construção da história da afrodescendência no Brasil. Uma historiografia escrita sob a ótica do grupo étnico-racial responsável pela escravização dos negros no Brasil, os homens brancos, e que como tal optou por reduzir toda uma trajetória de luta e conquistas das mulheres negras no período da escravidão e na pós-abolição ao olhar que o grupo hegemônico tinha dessa mulher: um corpo objeto, um objeto sexual.

Compreendendo o passado como importante para a construção da identidade dos afro-brasileiros, as escritoras e os escritores da literatura negra tematizam a memória dos afrodescendentes em suas produções, trazendo à tona uma memória coletiva invisibilizada, negada e apagada pela história oficial brasileira. Por meio da reinvenção poética, esses escritores e escritoras imortalizam a experiência vivenciada e transmitida de pai para filho e de mãe para filha num



processo constante de reconfiguração/preservação simultânea de tradições seculares transmitidas pela oralidade. Na esteira desse pensamento, o poema “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo, evidencia o modo como um sujeito lírico, que se identifica como um sujeito feminino negro, vê a história de mulheres negras ao longo de gerações diversas:

Vozes-Mulheres

A voz da minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem- o hoje- o agora.
Na voz de minha filha
Se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade¹⁰.

Nesse poema podemos identificar as identidades de gênero e étnica do sujeito poético porque “a recordação traz a marca dos padrões e valores mais ou menos ideológicos do sujeito, a marca dos seus sentimentos a colorir eticamente e afetivamente a lembrança [...]”¹¹. Essa voz enunciativa feminina negra traz a memória de uma luta na qual participaram de modo diferenciado várias gerações distintas (a bisavó, a avó, a mãe, o sujeito poético feminino e a filha). As vozes

¹⁰ EVARISTO, Conceição. Vozes- Mulheres. In: *Cadernos Negros*. São Paulo: Quilombhoje, 1990. p. 32.

¹¹ GONÇALVES FILHO, J. M. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, v. 1, p. 99



dessas mulheres funcionam como contas de um colar que constituiria a liberdade, um colar que está sendo analisado pelo sujeito poético que recorda a vida de seus antepassados e visualiza o futuro de sua filha, ou seja, a esperança que tem no futuro da filha. Esse momento pode ser percebido nitidamente na última estrofe. O verso “a fala e o ato” traz uma idéia de teoria e prática, o reconhecimento da história e a ação efetiva para modificá-la.

Essa filha, que conhece o ontem, o hoje e o agora, poderá desfrutar de uma conquista que se construiu através dos tempos: a liberdade. Na linhagem estabelecida neste poema, as vozes posteriores, desfrutam das conquistas obtidas pela luta de seus ancestrais. Assim, a liberdade vivenciada pela filha no futuro será a ressonância de lutas anteriores (o choro, a submissão, a revolta contida, as palavras poéticas e a atuação).

Ao escrever fatos e momentos importantes do passado afrodescendente, as escritoras (re) inventam e (re)atualizam a memória afro-brasileira, pois, segundo Ecléa Bosi (1994), lembrar significa aflorar o passado, combinando com o processo corporal e presente da percepção, misturar dados imediatos com lembranças. A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações.

Ao ficcionalizar uma linhagem de mulheres negras nas quais é possível identificar a existência de cinco gerações distintas - a bisavó, a avó, a mãe, o sujeito poético feminino e a filha, o poema traz à tona também a relação mãe e filha entre as mulheres negras. Na verdade, ao construir essa linhagem feminina negra, o poema rasura uma idéia difundida na literatura brasileira que nega à mulher negra o papel de mãe, reservando este às mulheres brancas. No ensaio *Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira*, Conceição Evaristo (2005) aponta que entre as várias visões estereotipadas da mulher negra está a negação da mulher negra como mãe. Conforme Evaristo, “Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, [...] nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral¹²”. Essa construção da mulher negra na literatura brasileira pode ser percebida nos textos canônicos da literatura, tais como *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo; *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado, dentre outros. Nessas produções, quando as mulheres negras são representadas cuidando de outros com que elas se relacionam afetivamente como mãe, ela exerce o papel de “mãe—preta”, “uma babá”, uma empregada doméstica que cuida dos filhos do senhor/patrão.

¹² EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005. p.54.



Opondo-se ao discurso literário e histórico, pesquisas recentes têm demonstrado que muitos escravos constituíam famílias estáveis e que não eram raros os escravos passaram os primeiros anos de suas vidas em companhia dos pais. Segundo o estudioso Edson Fernandes (2003), autor de estudos relacionados à temática da família escrava no Brasil,

Dividida durante muito tempo entre o escravo coisificado, violentado, submisso e o escravo rebelde, pronto a fugir ou a investir contra seus algozes, a historiografia vem descobrindo que o cativo, uma vez privado de sua liberdade e nos momentos em que a rebeldia devia ser ponderada, construía estratégias que alargavam seu espaço de sobrevivência e permitiam viver seu cotidiano com um mínimo de condições. Casar, ter filhos, batizá-los, chorar sua morte quando esta se antecipava à sua própria, eram ações comuns à vida de muitos escravos, o que não lhes tirava, muito provavelmente, a vontade de fugir, matar ou morrer, e nem tirava da escravidão sua violência intrínseca¹³.

Se “Casar, ter filhos [...] eram ações comuns à vida de muitos escravos”, logo, ter filhos e exercer a maternidade com seus filhos biológicos também fazia parte do cotidiano de muitas mulheres negras durante a escravidão. Se é verdade que muitas mulheres negras eram, devido à sua condição de escravas, impedidas de ser mãe, no sentido de cuidar de filhos biológicos; os estudos recentes também têm revelado que muitas mulheres negras constituíam famílias e criavam seus filhos, algumas vezes, juntamente com seus companheiros.

Ainda sobre os laços de parentesco mantidos durante a escravidão, Caetano De’ Carle (2007), na dissertação *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*, analisa que a rede de sociabilidade mais básica vivenciada pelos escravos nessa região se constituía de laços familiares, pelo menos em sua estrutura mais elementar- mãe e filhos ou filhas. Assim, os escravos sertanejos tinham a família como rede fundamental de proteção social e de solidariedade. Faz-se relevante destacar ainda que muitos desses estudos têm tido como base os registros de casamentos e batizados presentes nas igrejas católicas, ou seja, muitas famílias escravas que não oficializaram suas uniões e não batizaram seus filhos podem ter existido.

Outro estereótipo¹⁴ negativo sobre a mulher negra brasileira que também tem suas origens no contexto da escravidão é a representação da mulher negra como alguém desprovida de capacidade intelectual ou com capacidade intelectual inferior. Uma das produções de escritoras afro-brasileiras contemporâneas que rasuram e questionam esta representação negativa sobre a mulher negra é o poema “Ressurgir das cinzas”, de Esmeralda Ribeiro, no qual são citadas algumas

¹³ FERNANDES, E. . Família escrava numa boca do sertão. Lençóis, 1860-1888. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa -PR, v. 8, n.1, 2003. p.10.

¹⁴ Entendemos o estereótipo, “reconhecer o estereótipo como um modo ambivalente de conhecimento e poder exige uma reação teórica e política que desafia os modos deterministas ou funcionalistas de conceber a relação entre o discurso e a política. A analítica da ambivalência questiona as posições dogmáticas e moralistas diante do significado da opressão e da discriminação.” (BHABHA, 1998, p. 106).



das mulheres negras importantes tanto para a memória coletiva afro-brasileira como para a história do Brasil,

Ressurgir das cinzas

Sou forte, sou guerreira,
Tenho nas veias sangue de ancestrais.
Levo a vida num ritmo de poema-canção,
Mesmo que haja versos assimétricos,
Mesmo que rabisquem, às vezes,
A poesia do meu ser,
Mesmo assim, tenho este mantra em meu coração:
“Nunca me verás caída ao chão.”

[...]

Sou guerreira como Luiza Mahin,
Sou inteligente como Lélia Gonzalez,
Sou entusiasta como Carolina Maria de Jesus,
Sou contemporânea como Firmina dos Reis
Sou herança de tantas outras ancestrais.
E, com isso, despertem ciúmes daqui e de lá,
mesmo com seus falsos poderes tentem me aniquilar,
mesmo que aos pés de Ogum coloquem espada da injustiça
mesmo assim tenho este mantra em meu coração:
Nunca me verás caída ao chão¹⁵.

O poema de Ribeiro é constituído na íntegra por seis estrofes, acima transcrevo apenas a primeira e a terceira estrofes, sendo todas elas finalizadas pelo refrão: “Nunca me verás caída ao chão”. A voz enunciativa desse poema, como está explícita no adjetivo “guerreira”, é um sujeito feminino negro. Na primeira estrofe, o sujeito ficcional descreve-se como guerreira e como herança de seus ancestrais, para, em seguida, comparar sua vida a uma poesia. Depois, o sujeito, que se identifica como feminino, elege precursoras e inventa uma linhagem na qual se insere. Ao fazer isso, a voz enunciadora contribui para a construção da identidade afrodescendente brasileira, pois, segundo Michael Pollack (1992), a memória é um fenômeno construído (consciente ou inconsciente), como resultado do trabalho de organização (individual ou social). Sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. As figuras lembradas são mulheres fortes que participaram ativamente na construção da história da afrodescendência brasileira. Ao citar Luiza Mahin, Firmina dos Reis, Carolina de Jesus e Lélia Gonzalez, a voz enunciativa corrobora as seguintes palavras de Gonçalves Filho (1988):

¹⁵ RIBEIRO; Esmeralda. Ressurgir das cinzas. In: RIBEIRO; Esmeralda; BARBOSA, Marcio. (Org.) *Cadernos Negros*. São Paulo: Quilombhoje, 2004. p.63.



À margem das histórias autorizadas e apologéticas, a memória dos dominados resiste, entretanto, na tradição oral de grupos algo coesos, algo comunitários, onde pode ocorrer que os impasses do presente, tendo frisadas sua solidez e sua gravidade, sejam percorridos por uma espécie de teimosia. Entre coragem e paciência, uma teimosia que é engordada na lembrança de episódios fragmentários, envolvendo pessoas queridas e veneradas, que conheceram elas mesmas o peso daqueles impasses, pessoas que sofreram e morreram, mas obstinadamente se sustentaram no amor por direitos comuns inalienáveis, de cuja busca já não podiam prescindir a não ser mediante o sacrifício de sua própria dignidade, isto é, mediante o esfacelamento do que internamente os movia na convivência com as coisas, com as estruturas humanas, com os outros e consigo mesmos¹⁶.

Entre as citadas, Luiza Mahin é a mais velha. Tendo vivido no século XIX, a quituteira Mahin ficou conhecida como a líder da Revolta dos Malês¹⁷. Esse movimento caracterizou-se por ter reunido participantes de vários grupos étnicos. Além disso, Mahin é tida como a mãe do poeta Luiz Gama e um símbolo da mulher negra que participou efetivamente das organizações de revolta no período da escravidão, uma história esquecida pela história oficial brasileira.

Em seguida, temos as escritoras Firmina dos Reis e Carolina de Jesus. Maria Firmina dos Reis é a primeira a publicar sua obra. Tendo vivido no século XIX, Firmina foi professora, escritora e jornalista em um período em que a escravidão era reconhecida por lei. Atualmente, temos conhecimento das seguintes obras da autora: dois romances, *Úrsula* (1859), primeiro romance abolicionista de que se tem conhecimento na literatura brasileira, *Gupeva* (1861); o conto *A escrava* (1887) e um livro de poemas denominado de *Cantos a beira-mar* (1871). Carolina Maria de Jesus, assim como Reis, publicou obras literárias. Nascida em 1914, na cidade de Sacramento (MG), Carolina foi uma catadora de papel, favelada que teve sua primeira obra traduzida para diversas línguas. Entre os livros dessa escritora destacam-se *Quarto de Despejo* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963) e *Diário de Bitita* (1982, publicação póstuma).

Finalizando o quarteto de mulheres negras lembradas pelo sujeito poético, tem-se Lélia Gonzalez, uma importante referência para o Movimento Negro brasileiro. Intelectual, política, professora e antropóloga brasileira, nascida em Minas Gerais e histórica no movimento feminista brasileiro. Entre a produção escrita de Lélia Gonzalez estão os livros *Lugar de Negro* (1982) e *Festas Populares no Brasil* (1987), premiado na Feira de Frankfurt. Além disso, Gonzalez também produziu muitos artigos e comunicações sobre a mulher negra e seminários.

Os três poemas analisados anteriormente assemelham-se no tocante à autoria de escritoras negras brasileiras. Contudo, é importante ressaltar que isso não significa apenas uma mudança na identidade de gênero e étnico-racial da escritora; mais do que uma mudança das características de

¹⁶ GONÇALVES FILHO, J. M. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, v. 1, p. 99

¹⁷ Em 1930, Pedro Calmon escreve um romance, *Malês – A insurreição das senzalas*, que tem Luiza Mahin como personagem principal.



quem escreve, há uma alteração de perspectiva. Nesses poemas, a mulher negra figura como sujeito-personagem, ao invés de ser apresentada e representada sob os olhares etnocêntricos e eurocêntricos. O que significa que as mulheres negras deixam, então, de ser objeto da representação de um outro para serem simultaneamente sujeito e objeto da escrita literária, isto é, “o *corpo-mulher-negra* deixa de ser o corpo do ‘outro’ como objeto a ser descrito, para se impor como *sujeito-mulher-negra* que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira¹⁸.”

Como se buscasse responder ao questionamento “quem é a mulher negra?”, estas produções literárias constroem imagens de auto-representação da mulher negra. Retomando a idéia de que a identidade constitui-se por meio das representações, podemos dizer que esses poemas estabelecem uma identidade, a identidade feminina negra. Em “Passado Histórico”, a mulher negra é apresentada como um sujeito feminino que teve sua história invisibilizada pela historiografia. Em “Vozes- Mulheres”, a mulher negra brasileira é apresentada como descendente de uma linhagem de mulheres negras guerreiras, em que cada qual do seu modo contribuiu para a construção do Brasil, uma conquista de homens e mulheres negras. Por sua vez, em “Ressurgir das cinzas”, o sujeito poético apresenta-se como um sujeito feminino negro forte e guerreiro, descendente de mulheres negras guerreiras, inteligente e protegida pelos orixás.

Em resumo, essa identidade feminina negra estabelecida por meio dos três poemas supracitados representa a mulher negra como uma mulher forte, guerreira, inteligente e descendente de mulheres negras brasileiras que desempenharam papéis importantes na história da afrodescendência e para construção do Brasil. As escritoras negras brasileiras são descendentes de mulheres como Luiza Mahin, Lélia Gonzalez, Carolina de Jesus, Firmina dos Reis.

Compreendendo a representação como um processo de significação histórica, socialmente construído e determinado por relações de poder, as escritoras têm buscado reconstruir as representações sociais sobre si, contestando as já existentes e reelaborando suas imagens e os papéis que assumiram/assumem na sociedade. Ao fazer isso, essas mulheres questionam um projeto de uma identidade unitária, principalmente, em relação ao gênero e a identidade étnica; produzindo, então, o que Homi Bhabha denominou de “movimento suplementar de escrita¹⁹”. Ainda segundo Bhabha,

A estratégia suplementar sugere que o ato de acrescentar não necessariamente equivale a somar, mas pode, sim, alterar o cálculo.[...]

¹⁸ EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005. p.54.

¹⁹ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.218.



O poder da suplementariedade não é a negação das contradições sociais pré-estabelecidas do passado ou do presente; sua força está [...] na renegociação daqueles tempos, termos e tradições, através dos quais convertemos nossa contemporaneidade incerta e passageira em signos da história²⁰.

Assim, com base em Bhabha e corroborando com Souza (2005), interpreto a produção das escritoras negras como um suplemento ao discurso homogeneizador da diversidade cultural do país. Uma textualidade que desestabiliza a uniformidade e contribui para compor a diversidade do discurso nacional, pois o discurso das escritoras negras modifica-o, tornando-o mais completo. Uma vez que, desse modo, o discurso literário nacional passa a ser composto por construções literárias de perspectivas diferenciadas.

Convém salientar ainda que, em suas auto-representações, as escritoras negras além de apresentarem e representarem-se enquanto sujeito e a partir de uma subjetividade de mulher negra brasileira, essas mulheres se apropriam do signo mulher, ressignificado-o sob a ótica afro-feminina brasileira e discutem/ questionam representações de mulheres negras que tematizam o padrão estético da mulher negra brasileira.

Bibliografia

DE' CARLI, Caetano. *A família escrava no sertão pernambucano (1850-1888)*. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

EVARISTO, Conceição. *Da representação a auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira*. Revista Palmares: cultura afro-brasileira, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005. p.54.

NAVARRO, Márcia Hoppe; SCHMIDT, Rita Terezinha . A questão de gênero: ideologia e exclusão. In: *2º Congresso sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho*, 2007. Goiânia: Instituto Goiano do Trabalho, 2007. v. 1.

PHILLIPS Anne. Los debates Clásicos. In:_____. *Género y teoria democrática*. México: PUEG. 1996.

SOUZA, J. P. M. ; JESUS, A. N. *A transformação da visão de corpo na sociedade ocidental*. Motriz, Rio Claro, v. 6, n. 2, p. 89-96, 2000.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aire: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> > Acesso em: 3/12/2008. p. 239.

QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*, São Paulo; Ática, 1975. 123 p.

²⁰ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.218.



MARTINS, Leda. A fina Lamina da palavra. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) *História do Negro no Brasil.- O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição* CNPq/MinC-Fundação Palmares: Brasília, 2004. v. 1

POLLACK, Michael (1992). Memória e identidade social. Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n 10.

GONÇALVES FILHO, J. M. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das

Letras, 1988, v. 1, p. 99

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negros na cultura brasileira. In: _____. *Brasil afro-brasileiro*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERNANDES, E. . *Família escrava numa boca do sertão*. Lençóis, 1860-1888. Revista de História Regional, Ponta Grossa -PR, v. 8, n.1, 2003.

LE GOFF, Jacques. (1996). *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Editora da

UNICAMP.